

PODCAST DO CORREIO

Cristovam vê risco no futuro do Cidadania

Vice-presidente da legenda questiona ação para destituir Comte Bittencourt

» PEDRO JOSÉ

Para Cristovam Buarque, o Cidadania passa por uma crise de identidade, dividido entre as origens esquerdistas e uma aproximação circunstancial com a direita. Vice-presidente da legenda, o ex-governador do Distrito Federal analisou o atual momento do partido e a conjuntura política no *Podcast do Correio*. Em conversa com os jornalistas Carlos Alexandre de Souza e Samanta Sallum, Cristovam explicou que a divisão interna no Cidadania reflete uma disputa ideológica que se arrasta há anos dentro da legenda.

Segundo Cristovam, a legenda, que tem origem no antigo Partido Comunista Brasileiro, passou por transformações após o fim da União Soviética, mas manteve, por longo período, vínculos com o campo progressista. Esse cenário começou a se alterar, de acordo com ele, há cerca de cinco anos, quando ocorreu um processo de alinhamento com a direita. “O Cidadania é um partido que vem da família da esquerda. A partir de um certo momento, começou uma mudança em direção a uma direitização do partido. O Roberto Freire levou o partido para a direita”, afirmou.

A divergência teria sido resolvida há dois anos, quando o diretório nacional substituiu Roberto Freire pelo ex-deputado Comte Bittencourt. Essa decisão, segundo Cristovam, reposicionou o partido no campo da centro-esquerda. “Essa disputa ideológica teve uma solução, quando a maioria expressiva do diretório substituiu Roberto Freire pelo Comte Bittencourt, que conseguiu trazer o partido para uma posição progressista”, disse.

O cenário mudou novamente em novembro deste ano. Uma decisão judicial invalidou a ata da eleição interna convocada a partir de um pedido de licença por tempo indeterminado apresentado por Roberto Freire. Com isso, Freire reassumiu a presidência do partido.

Para Cristovam, trata-se de uma mudança que ignora a decisão política do diretório. “Substituiu-se burocraticamente, cartorialmente, um presidente eleito pelo diretório por um que representava o passado do partido”, afirmou.

Lado bolsonarista

Atualmente, Roberto Freire ocupa a presidência do Cidadania por força dessa decisão, que ainda pode ser revertida. O caso está sob análise do Supremo Tribunal Federal, com relatoria do ministro Gilmar Mendes. Cristovam avalia que o retorno de Freire inviabiliza alianças estratégicas e altera o rumo político da legenda. “Eles ganharam para levar o partido para o lado bolsonarista, com toda certeza”, declarou o vice-presidente do Cidadania, ao comentar as articulações com setores ligados ao Republicanos e ao governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas.

Pedro Mesquita/CB/D.A Press



Eu me dispus a ser candidato a deputado federal, que é o que interessa ao partido. Agora, se de fato vem o Roberto Freire com a cobertura da Justiça, eu não tenho o menor interesse em ser candidato”

Pedro Mesquita/CB/D.A Press



“O país está realmente em crise. A descrença é uma crise nacional. O Brasil hoje não tem o rumo para onde vai. O presidente Lula é um governo do presente, administrando a própria crise e sem esperança para o futuro”

Segundo Cristovam, o impasse jurídico bloqueia a construção de uma frente mais ampla no campo progressista. “O fato é que hoje está barrada a nossa marcha em direção a uma grande composição de centro-esquerda e esquerda, apoiando o Lula para presidente”, afirmou.

O ex-ministro da Educação também relatou que, com a nova direção, houve isolamento de dirigentes e paralisação de atividades internas. “Eu, por exemplo, sou um vice-presidente nacional e não tenho nenhum contato com nada. Cortaram todas as verbas da fundação; os servidores não recebem nem salário”, denunciou.

Diante do cenário, Cristovam condicionou sua eventual candidatura para deputado federal em 2026 à definição do comando partidário. Ele afirmou que não disputará mandato caso Roberto Freire permaneça à frente do Cidadania. “Eu me dispus a ser candidato a deputado federal, que é o que interessa ao partido. Agora, se de fato vem o Roberto Freire com a cobertura da Justiça, eu não tenho o menor interesse em ser candidato. Não serei candidato, até porque o partido vai estar na família da direita e não é a minha família”, afirmou.

Projeto nacional

Ao analisar a conjuntura política, Cristovam avaliou que o Brasil enfrenta uma crise mais profunda, marcada pela ausência de um projeto nacional de longo prazo. Para ele, apesar de indicadores econômicos e sociais estarem sob controle, falta uma visão de futuro. “O país está realmente em crise. A descrença é uma crise nacional. O Brasil hoje não tem o rumo para onde vai. O presidente Lula é um



Aponte a câmera para o QR Code e assista ao *Podcast do Correio*

governo do presente, administrando a própria crise e sem esperança para o futuro”, avaliou.

O ex-petista também criticou a dificuldade da esquerda em atualizar o discurso e dialogar com temas contemporâneos. Para ele, conceitos políticos foram reduzidos a rótulos associados ao petismo e ao bolsonarismo. “Progressista e conservador virou petista e bolsonarista. Nós, da esquerda, fracassamos em um discurso que satisfaça o eleitor”, admitiu.

Em relação às eleições do próximo ano, o ex-senador acredita que a direita pode voltar ao poder caso apresente um candidato desvinculado do bolsonarismo. Também afirmou que a vitória de Lula em 2022 esteve ligada à ampliação de alianças, como a do vice-presidente Geraldo Alckmin.

Cristovam disse, por fim, esperar que o Cidadania retome um projeto político alinhado ao campo progressista e capaz de contribuir para um debate nacional mais amplo. Segundo ele, sem uma definição clara de rumos, tanto o partido quanto o país permanecem presos a disputas imediatistas, sem horizonte de longo prazo.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br



Lula ganha de Motta presente de Natal de R\$ 20 bi em aumento de receita

Quem estava lá até estranhou o clima de jingle bell no Palácio do Planalto entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB) — que andavam se estranhando —, na posse do novo ministro do Turismo, Gustavo Feliciano, indicado pelo União Brasil. Ele ocupa a vaga do deputado Celso Sabino (PA), que foi expulso da legenda por insistir em permanecer no cargo quando o partido decidiu derivar à oposição. Com a sigla dividida, uma ala decidiu manter o apoio ao governo.

O paraibano é filho do líder da bancada negra da Câmara, Damiano Feliciano (União-PB), e é aliado de Motta, que tenta melhorar sua relação com o Planalto em busca de apoio político de Lula. De olho nas eleições de 2026, o presidente da Câmara pretende lançar o pai, Nabor Wanderley, ao Senado. Mas não é só isso. A reaproximação com Lula veio embalada por uma decisão do Congresso na qual a governo terá um aumento de arrecadação da ordem de R\$ 20 bilhões, negociado pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

A moeda de troca de Haddad foi aceitar o dispositivo que previa a “revalidação” de restos a pagar não processados inscritos desde 2019 — inclusive aqueles já cancelados —, permitindo sua quitação até o fim de 2026. Na prática, o artigo abria caminho para a reativação das emendas de relator (RP-9), núcleo do chamado orçamento secreto, declarado inconstitucional pelo STF em 2022 por falta de transparência e critérios objetivos.

Mas faltou combinar com o ministro Flávio Dino, que detonou os restos a pagar, mas não o aumento de impostos, que reforça o caixa federal em aproximadamente R\$ 20 bilhões para 2026. A proposta central era elevar a carga tributária sobre apostas esportivas (bets) e instituições financeiras de menor porte (fintechs), mas seu impacto atinge diretamente diversos setores econômicos. O bilionário “presente” de Natal foi vendido como recomposição fiscal e reforço de caixa para 2026, porém nasce do tradicional acordo de fim de ano no qual o Congresso entrega arrecadação e cobra, em troca, governabilidade orçamentária.

O PLP 128/2025 promove um corte linear mínimo de 10% em benefícios federais (tributários, financeiros e creditícios) e aumento de tributação sobre apostas esportivas (bets) e instituições financeiras de menor porte (fintechs), além de ajustes que atingem também o JCP. Haddad aceitou “a moeda” mais sensível para o Parlamento: a tentativa de reabrir o cofre dos restos a pagar antigos, revalidando despesas empenhadas e não pagas desde 2019, inclusive canceladas, para quitação até o fim de 2026. Esse dispositivo funcionava como túnel de retorno para práticas associadas às emendas de relator (RP-9), o coração do orçamento secreto derrubado pelo STF em 2022 por deficit de transparência e critérios. E foi exatamente essa porta que Flávio Dino decidiu trancar, suspendendo o trecho que reativava as emendas canceladas.

Reação empresarial

O resultado político é ambíguo. De um lado, Dino preserva sua linha de contenção das “gambiarras” orçamentárias e sinaliza que o Supremo continuará patrulhando jabutis que reconstruam, por atalhos, mecanismos sem transparência de alocação de recursos. De outro, ao não atingir o aumento de carga tributária, a decisão corta o prêmio político do Legislativo, o controle de restos a pagar, e mantém o bônus fiscal do Executivo, a receita extra. A conta do ajuste vai para a indústria, o agro e os serviços. São setores com capacidade de vocalização e lobby, que já estão recorrendo ao STF. Criticam o “ajuste pelo lado da arrecadação” e a insegurança jurídica.

O agro ataca o PLP 128/2025 pelo corte linear de benefícios, lista impactos em cadeia (insumos, frete, armazenagem, beneficiamento, crédito presumido) e projeta inflação de alimentos. “Não é o rico que paga, é o preço que sobe”, criticam. A indústria mira a Lei 15.270/2025, que alterou as regras de lucros e dividendos e instituiu retenção na fonte de 10% sobre dividendos acima de R\$ 50 mil no mês (a partir de 2026), além de desenhar uma tributação mínima para altas rendas (com base no ano-calendário de 2026).

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) sustenta que o Congresso tentou evitar a retroatividade “pura” ao criar exceções para lucros apurados até 2025, porém amarrou a exceção a condições consideradas inaceitáveis: aprovar a distribuição até 31 de dezembro de 2025 e fixar, nessa mesma deliberação, termos “originalmente previstos” para pagamento, sem margem para ajustes. A CNI critica a violação da anterioridade, aponta irretratividade e alega insegurança jurídica. Argumenta junto ao STF que não se pode tributar fatos do mesmo exercício com mudança aprovada no fim do ano.

Governo e Congresso acreditam que a recomposição é uma medida responsável para 2026, de olho no arcabouço fiscal; o setor produtivo considera uma combinação explosiva de aumento de carga e instabilidade regulatória. No fundo, a reaproximação entre Executivo e Legislativo é um pacto de sobrevivência para 2026. Motta precisa operar a Câmara sem paralisa; Lula, evitar que cada votação vire uma crise. Os dois costuram uma aliança na Paraíba. Entretanto, esse acordo custa caro e distribui custos de forma desigual, para o setor produtivo e os consumidores.